

## Equipe econômica "segura" bônus de auditores fiscais

Por Edna Simão | De Brasília

A equipe econômica tenta adiar o máximo que pode a regulamentação do chamado "bônus de eficiência" da Receita Federal para atrasar o impacto fiscal que pode ocorrer com o pagamento do benefício. Para pressionar o governo, os auditores fazem há quase quatro meses paralisações em portos e aeroportos e evitam encerrar processos de fiscalização.

No fim de 2016, o governo editou medida provisória reajustando o salário dos auditores em 21,3% até 2019 e criando o chamado "bônus de eficiência", com valor variável baseado no cumprimento de metas. Em julho do ano passado, a MP foi convertida em lei e, como até agora não houve regulamentação do bônus, os auditores recebem um valor fixo de R\$ 3 mil.

Pela MP, esse bônus seria custeado pelas receitas de autuações depositadas no Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf). Como houve mudança no texto, ainda é preciso definir qual receita do fundo seria destinada para essa finalidade, afirmou Cláudio Damasceno,

presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

Apesar disso, fonte da área econômica ressalta que há impacto fiscal. A estimativa ainda não está pronta, pois depende dos critérios de cálculo do bônus com base no cumprimento de metas.

Na semana passada, o subsecretário de Fiscalização da Receita, Iágaro Jung Martins, informou que a meta de autuações de pessoas físicas e jurídicas por indícios de sonegação de tributos é de R\$ 149 bilhões para 2018, valor bem inferior ao recorde de R\$ 205 bilhões de 2017.

Segundo ele, o valor recorde de autuações de 2017 ocorreu devido a processos que estavam represados do ano anterior, e o trabalho dos auditores fiscais foi "fora da curva" devido à expectativa de cumprimento de acordo firmado em 2016 para criação de um bônus de eficiência, o que não aconteceu. Sem a regulamentação do bônus, o subsecretário disse temer o descumprimento da meta deste ano.

Uma fonte da Receita explicou, no entanto, que esse temor do secretário se deve ao fato de que,

devido à ausência da regulamentação, os auditores fiscais estão fazendo paralisação de terça a quinta-feira em aeroportos e portos. Ou seja, a greve pode impedir que a meta deste ano seja cumprida.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, o impasse para regulamentação do bônus continua porque Receita tenta viabilizar um critério de cálculo que possibilitaria pagar um bônus médio de R\$ 6 mil por servidor, o que o Ministério do Planejamento considera excessivo. Na quarta-feira, os auditores fiscais fizeram protesto no Ministério da Fazenda como forma de pressão para conseguir a regulamentação do bônus de eficiência.

Após declarações do Fisco sobre o grande número de autuações em 2017 ter sido decorrente da expectativa do bônus por parte dos auditores, representantes da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) contestaram a versão. Segundo eles, o principal efeito foi a base de comparação prejudicada por causa da mobilização dos auditores em 2016, onde foram represadas autuações de alto valor, concluídas apenas em 2017. (Colaborou Fábio Pupo, de Brasília)

## Falta o dinheiro da intervenção no Rio

VINICIUS TORRES FREIRE

HÁ MUITAS teorias de críticos e adeptos da intervenção na segurança do Rio. Há muita ambição política no governismo e muita preocupação no Exército de que a ação seja "ampla". Mas não se sabe quase nada de quanto dinheiro será preciso e de quanto haverá.

Os primeiros planos e os comandantes da intervenção devem ser anunciados na semana que vem, mas a operação não se limita a movimentar ainda mais tropas e veículos das Forças Armadas, não apenas do Exército, o que por si só já encarece a logística bem além do previsto pelo Orçamento federal. Os militares querem reequipar minimamente a polícia do Rio.

No Ministério da Fazenda, o que se diz ainda é que as necessidades de recursos adicionais serão analisadas. Logo, a verba extra para a intervenção no Rio ainda não existe. O orçamento do Exército está no osso.

Militares do Exército dizem que alguns investimentos nem são nada extravagantes, em termos de custos e necessidade, como equipar a polícia de veículos que possam circular. No entanto, é óbvio que o governo do Rio não tomava providências, por desordem e

porque não tem dinheiro para comprar pneus, incapaz de colocar todos os salários do Estado em dia. Até agora, não há conta do custo desses extras, na verdade básicos.

Oficiais do Exército dizem que há um círculo vicioso de degradação profissional na Polícia Militar do Rio.

Na opinião desses militares, a tropa seria tida como indisciplinada até segundo padrões de qualquer departamento civil de governo, "paisano", que dirá para uma organização militar. É desorganizada, na rotina burocrática cotidiana ou na disposição de efetivos policiais pela cidade do Rio. Além do mais, a hierarquia é muito relaxada.

A falta de equipamentos básicos, como veícos e equipamentos de proteção, além de prédios e quartéis degradados, baixa ainda mais o moral da tropa, o que por sua vez contribui para a desordem, na opinião de oficiais do Exército baseados no Rio. O número grande de mortes de PMs e a falta de sentido de missão dos policiais seriam o problema de base, porém. Mas falta dinheiro para criar outros fundamentos.

Como se sabe, Rodrigo Maia deu uma canelada em Michel Temer ao

dizer que o presidente da República assuntou um aumento de impostos a fim de financiar a segurança pública. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, diz em público que essa ideia jamais foi apresentada a ele.

Seja lá o que o presidente tenha dito, o presidente da Câmara sabia o que estava fazendo, por um motivo e outro. Estava, claro, demonstrando sua irritação por Temer ter roubado a sua "agenda positiva", mas não apenas. Estava expondo o fato de que a pindaíba é um problema da intervenção no Rio.

O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, teria dito a Maia nesta quinta-feira (22) que está muito preocupado com a indefinição do governo sobre recursos para a operação, apesar da clareza da ordem de Temer sobre o assunto. Pelo menos isso era o que vazavam parlamentares próximos do presidente da Câmara. Maia quer recuperar sua agenda perdida, até porque deve se lançar pré-candidato a presidente da República agora em março.

Por enquanto, tem mais política do que tutu.

## Plano 'V de velho' será aprovado, diz Maia

*Segundo o presidente da Câmara, a maioria das 15 propostas feitas pelo governo será votada até o meio do ano*

*Mas deputado lamenta que "cerne do problema" do país, o elevado gasto público federal, não será corrigido por ora*

CAROLINA LINHARES

DE BELO HORIZONTE

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que muitas das medidas econômicas propostas pelo governo Michel Temer (MDB) em substituição à reforma da Previdência serão aprovadas até o meio do ano.

Embora tenha criticado a proposta, chamando-a de "plano V de velho", disse que os projetos devem avançar na Câmara. Entre as 15 ações anunciadas pelo governo para melhorar a economia, 11 já tramitam no Congresso.

"Essas pautas estão no Congresso desde o ano passado", disse. "Acredito que dentro dessa pauta colocada tem muita coisa que vai ser aprovada até o meio do ano. A maioria dos projetos tem um impacto positivo em algumas áreas importantes."

Em entrevista à imprensa em Belo Horizonte (MG), Maia afirmou que a redução da desoneração da folha de pagamentos, por exemplo, está pronta para ser votada no plenário, o que deve ocorrer em uma ou duas semanas. "É o único projeto que vem com a preocupação de reorganizar as despesas públicas", disse.

Também citou o aumento na autonomia das agências reguladoras, que deve ter sua comissão criada em breve. Sobre a privatização da Eletrobras, Maia disse que vai instalar a comissão para votar a proposta até 15 de abril.

"Acredito que até 15 de abril a comissão tenha discutido e tenha tido condição de aprovar, sempre com a

preocupação de compreender qual é o melhor caminho para garantir a revitalização do Rio São Francisco."

O presidente da Câmara, porém, ponderou que talvez não haja tempo hábil para votar a autonomia do Banco Central, embora ele apoie a medida. "O presidente do Banco Central acredita que o impacto, não fiscal, mas na economia, seja tão importante quanto a reforma da Previdência. A possibilidade de votar seria importante para o Brasil, para que a gente tirasse do BC qualquer tipo de viés político, que hoje não tem, mas em alguns momentos no passado existiu", disse.

Maia ainda elogiou a nova regra para o cadastro positivo. "Ajuda a estimular o crédito e ajuda que a sociedade, pagando menos juros, tenha mais renda disponível para poupar ou consumir."

O deputado comentou também a duplicata eletrônica: "parece pequeno, mas terá impacto importante para pequenas empresas





que não têm fluxo de caixa e acabam refém das grandes empresas que compram seus produtos".

#### REDUZIR GASTOS

O presidente da Câmara, contudo, voltou a dizer que as medidas econômicas não atingem o cerne do problema do país. "Acho que todos esses projetos podem avançar, mas basicamente não tratam do problema principal do Brasil que é a discussão da redução das despesas do governo federal", disse. "As despesas obrigatórias consomem mais de 100% do Orçamento e a gente precisa ter coragem de enfrentar esse debate."

"Reforma dos gastos é polêmico, mas é importante e fundamental para que o Brasil possa cumprir em 2019 o teto de gastos, que hoje já projeta um estouro na ordem de R\$ 20 milhões, como a regra de ouro", completou.

O deputado viajou à capital mineira para participar do anúncio de um repasse de R\$ 17,5 milhões de verbas federais para a educação municipal. O prefeito de BH, Alexandre Kalil (PHS), também estava presente.

## Sai a reforma, ficam as contas

Congelada a reforma da Previdência, a vida prossegue, o governo tem de cuidar das contas deste ano e ainda precisa montar o Orçamento de 2019, tarefa especialmente difícil e delicada. Sem a mudança no sistema previdenciário, será preciso planejar um corte de R\$ 14 bilhões nas despesas do próximo ano, disse ao Estadão/Broadcast o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Para isso será necessária uma revisão mais detalhada e mais severa de cada grupo de gastos. O procedimento seguinte poderá envolver, além da tesourada no dispêndio, uma unificação de programas. Na melhor hipótese, o novo presidente, eleito no fim de 2018, concluirá seu primeiro ano sem violar a meta fiscal ou a regra de ouro, isto é, a proibição de endividar o Tesouro para cobrir parte do custeio. Mas terá de enfrentar os efeitos de uma dívida crescente, a expansão veloz do gasto obrigatório e, de modo especial, o peso cada vez maior das aposentadorias.

Com a redução dos juros básicos, permitida pelo amplo recuo da inflação, a dívida pública tem crescido um pouco mais devagar. De toda forma, o passivo financeiro do governo continua aumentando e a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) tende a elevar-se nos próximos anos. Embora a inflação deva continuar na meta ou pouco abaixo desse ponto, especialistas projetam para 2019 e 2020 juros mais altos que os atuais. Também isso afetará a gestão financeira do próximo governo.

O quadro poderá ficar mais complicado com qualquer novo rebaixamento do crédito brasileiro. Até agora, a má classificação do Brasil pelas agências de avaliação de risco tem produzido pouco ou nenhum efeito nos mercados. O fluxo de investimentos e financiamentos continua satisfatório. Mas o cenário tenderá a mudar, se os juros externos subirem mais velozmente. Nesse caso, a opinião das agências de classificação poderá ter mais peso nas decisões de financiadores e investidores. Com o congelamento da reforma da Previdência, representantes das classificadoras já falaram sobre o risco de novos cortes da nota brasileira.

A curto prazo, a equipe econômica tem de enfrentar

duas tarefas complexas. Até junho deverá enviar ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com as linhas básicas da programação financeira do próximo ano. Em seguida, deverá trabalhar na proposta do Orçamento, para entregá-la até 31 de agosto. Um dos principais desafios será montar uma blindagem contra a violação da regra de ouro. Se romper essa regra, o novo presidente poderá ser acusado de crime de responsabilidade.

Para este ano os ministros da área econômica têm dado como certos o cumprimento da regra de ouro e o da meta fiscal, assim como o respeito ao teto de gastos. A meta fiscal determina o valor de R\$ 159 bilhões como limite para o déficit primário, isto é, para o saldo calculado sem a conta de juros. Podem estar certos, mas o mero respeito a esses limites ainda será um desempenho pouco satisfatório.

Afinal, a administração tem tarefas básicas e programas para executar. Mesmo para executá-los modestamente, o governo precisará de verbas previstas no Orçamento, mas ainda muito incertas. Parte do dinheiro poderá vir da reoneração da folha de pagamentos, mas o relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), já anunciou a intenção de manter o benefício para grande número de setores. Ou seja, anunciou que, mais uma vez, o interesse particular, favorecido há anos por uma desoneração mal planejada, será sobreposto ao interesse geral.

Para operar com menor aperto o governo depende também da aprovação de outros projetos, como o da privatização da Eletrobrás. A proposta de adiamento do reajuste do funcionalismo nem está em condições de ser votada, porque seus efeitos estão suspensos pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal. Enquanto o projeto permanece encalhado, o Tesouro vai gastando. Nesse jogo, alguns ganham à custa de todos, principalmente dos mais dependentes da execução das funções públicas. Como ocorre há muito tempo, tudo se passa como se o equilíbrio do Tesouro fosse responsabilidade só do Executivo.

## Congresso barra medidas com impacto de R\$ 32 bi

Ajuste fiscal. Propostas do governo Michel Temer que previam aumento de receita ou redução de despesas estão emperradas na Câmara e no Senado; parte dos projetos mexe com benefícios de servidores públicos, como adiamento do reajuste salarial

Adriana Fernandes  
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Todas as medidas de ajuste fiscal enviadas pelo governo Temer ao Congresso para cortar benefícios (parte deles de servidores e empresas) foram barradas pelos parlamentares. É o que o mostra estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Se essas propostas tivessem sido aprovadas por deputados e senadores, o impacto positivo no Orçamento deste ano seria de R\$ 31,8 bilhões, entre aumento de receitas e redução de despesas, de acordo com levantamento feito pelo 'Estadão/Broadcast'. Na lista, estão medidas que afetam diretamente os servidores, como o adiamento do reajuste dos salários, o aumento da contribuição previdenciária e a redução de benefícios, como ajuda de custo e auxílio-moradia. Também compõem o pacote o fim da desoneração da folha de pagamento para 50 setores –

proposta que deve ser alterada na Câmara para afetar menos segmentos – e a tributação de fundos exclusivos para investidores de alta renda.

A reforma da Previdência, por sua vez, produziria economia de R\$ 5 bilhões neste ano, mas foi engavetada. O economista Manoel Pires, responsável pelo levantamento, destaca que houve uma predominância, no governo Temer, de medidas que proporcionam um aumento de receita, com efeito temporário no Orçamento. Os cortes de despesa se deram de forma administrativa, sem passar pelo Congresso, como foi o caso do pente-fino no auxílio-doença. Segundo Pires, as medidas de redução de despesas mais importantes que foram aprovadas pelo Congresso não atacam efetivamente a despesa pública e têm efeito "abstrato". Um exemplo é o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. O teto deve estourar já em 2019, como apontou a Instituição Fiscal Independente (IFI).

"Com o enterro da Previdência, acho que é hora de refletir bastante sobre o que deu certo e o que deu errado", disse Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Temer assumiu a Presidência em agosto

de 2016 com uma base parlamentar robusta, fazendo o mercado acreditar que ele conseguiria o ajuste fiscal. No início da semana, em sua maior derrota, o governo desistiu oficialmente da reforma da Previdência e tentou compensar a perda com medidas econômicas recicladas. O lançamento dessa pauta serviu para acirrar os ânimos entre o Planalto e o Congresso, dificultando ainda mais as articulações.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), fizeram questão de mostrar que quem define a pauta é o Congresso, não o Executivo. Entre as medidas que integram essa agenda está o fim da desoneração da folha de pagamento, que deve ser votado nas próximas semanas, mas enfrenta forte resistência de vários setores que fazem pressão para ficarem de fora da alta da tributação. A expectativa era de um impacto positivo de R\$ 8,8 bilhões com a medida ainda este ano, mas a demora diminuiu o efeito. Para o cientista político Murillo de Aragão, sócio da Arko Advice, o "estresse" na relação entre Congresso e Planalto pode atrapalhar o andamento das medidas. Ele acredita, porém, que eventual sucesso na intervenção do Rio pode fortalecer Temer.

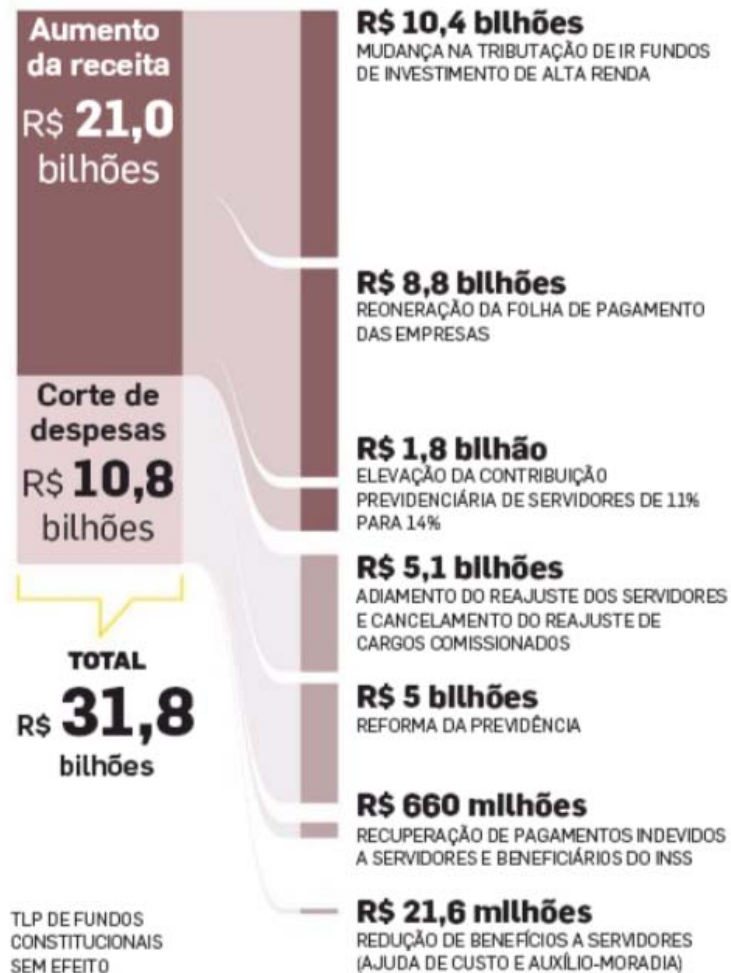




## BASE OU OPOSIÇÃO?

● Impacto estimado em 2018 se Congresso tivesse aprovado medidas de ajuste para conter despesas e elevar receita

### Medidas não aprovadas



FONTES: IBRE/FGV E ORÇAMENTO 2018

INFOGRÁFICO/ESTADÃO